

---

## OS ENIGMAS DE PASCUAL DUARTE

Mario M. GONZÁLEZ\*

O mais conhecido romance de Camilo José Cela, *La familia de Pascual Duarte*, publicado em 1942, é a narração das memórias de um condenado à morte, Pascual Duarte, que, aos 55 anos de idade, na cadeia de Badajoz, aguarda a execução da sentença. Nessas memórias, Pascual narra sua existência em Torremejía, um pequeno povoado da província de Badajoz, região de Extremadura, na Espanha. Durante sua vida, Pascual já estivera outras duas vezes na prisão: primeiro, por ter assassinado um rival seu, “el Estirao”, sendo que, depois de três anos de cárcere fora colocado em liberdade, por boa conduta; depois, por ter assassinado sua própria mãe, fato que lhe rendera mais catorze anos de reclusão. Após ser liberado pela segunda vez, de volta ao povoado natal, assassinara dom Jesús González de la Riva, o Conde de Torremejía, a quem dedica suas memórias.

Para superar a limitação que o narrador de primeira pessoa impõe, Camilo José Cela, em *La familia de Pascual Duarte*, contextualiza o relato mediante três narradores de terceira pessoa, conhecedores parciais dos fatos: o transcritor; o capelão da cadeia à época da morte de Pascual Duarte, dom Santiago Ludueña; e Cesáreo Martín, o guarda que igualmente assistira à execução de Pascual. Além disso faz com que, às vezes, outras personagens narrem para Pascual o que este ignora. Mas o principal narrador e ponto de vista da quase totalidade dos fatos é Pascual Duarte; este, no entanto, interrompe sua narrativa imediatamente após contar o assassinato de sua mãe.

A presença destes narradores de terceira pessoa, não sendo nenhum deles onisciente, não consegue desvendar muitos dos enigmas que a narrativa encerra. Além da necessidade de se determinar os motivos da autobiografia — fora os invocados pelo narrador — há grandes lacunas

---

\* Universidade de São Paulo.

a serem preenchidas pelo leitor na história de Pascual, particularmente com relação ao que acontecera nesses últimos quinze anos posteriores ao assassinato de sua mãe e, muito em particular, com relação ao fato de sua liberação, depois de catorze anos de reclusão, bem como às circunstâncias da morte de dom Jesús e aos motivos que levaram Pascual a assassiná-lo. Sem dúvida, esses enigmas são vitais para o interesse pelo romance, na medida em que na sua solução reside uma atividade fundamental do leitor. O sentido último do romance prende-se, em boa medida, às respostas que sejam dadas a esses enigmas.

Como em toda narrativa de primeira pessoa, são de grande importância a presença e identidade do destinatário do relato, bem como a determinação das razões que impulsionam o narrador a escrever. Neste caso, temos que o destinatário é dom Joaquín Barrera López, um amigo da última das vítimas de Pascual, a quem este se dirige, explicitamente, na impossibilidade de enviar seu relato ao próprio dom Jesús. O motivo da redação está colocado no seu caráter confessional: “quiero descargar, en lo que pueda, mi conciencia con esta pública confesión”<sup>91</sup>, diz Pascual. A busca da catarse, no entanto, tem como motivação inconsciente a procura, pelo narrador, das razões que o levaram a matar, pois ele entende não ser mau, como diz no início do relato; sabe, porém, que é um assassino. Escreve, pois, para tentar resolver essa contradição, dirigindo-se a um substituto de sua última vítima, à qual dedica, significativamente, seu relato; nela, parece-nos, Pascual tenta reunir todas as suas vítimas.

A procura de Pascual Duarte, no sentido de resolver sua contradição existencial, transfere-se automaticamente para o leitor. Uma leitura mais imediatista, que levasse em conta o toque naturalista que sobrevive no romance de Cela, leva o leitor a entender que Pascual é algo assim como o produto da degeneração biopsicológica de um segmento da sociedade, representado na família do protagonista; dessa maneira, Pascual Duarte seria um ser irrecuperável e a sociedade pagara caro as conseqüências de ter acreditado, por duas vezes, na possibilidade de sua regeneração.

Caberia, no entanto, uma leitura minimamente mais sagaz, que considerasse Pascual Duarte apenas como a resposta aos estímulos que o seu meio familiar produz, já que fica provado que, fora de Torremejía, ele é um homem completamente diferente do ser violento que mata friamente. A “culpa”, assim, estaria muito mais na família — para a qual aponta o romance no seu título -, particularmente nos pais. Pascual

e sua irmã Rosario — que acabara na prostituição — não passariam de vítimas da “educação” a que são submetidos.

É possível, no entanto, uma terceira leitura, na qual os elementos do romance teriam maior transcendência, em função do seu possível caráter simbólico, se colocados em seu contexto histórico e social.

Pascual Duarte inicia seu relato à procura, exatamente, das razões que o levaram a um comportamento que se parece com a sombra que seu corpo produz <sup>92</sup>, na medida em que, como esta, sua conduta lhe parece imposta de fora, quase que involuntária, e sempre produto de uma atitude antes de defesa do que de outra coisa. Para tanto, ele retorna às origens, instintivamente, e dessa maneira começa por descrever o povoado de Torremejía como o sente. Torremejía é descrito situado à margem de uma margem que é uma pequena cidade, Almendralejo, nessa margem da Espanha que é sua região de Extremadura, junto à fronteira com Portugal. Essa marginalidade geográfica que é Torremejía, detida na história, obedece a uma estrutura clara: casas brancas, dentre as quais se sobressai, junto à igreja, a única de dois andares, a de dom Jesús. Pascual refere-se por quatro vezes à casa de sua última vítima, logo no início do seu relato; a quinta referência virá depois, para melhor contextualizar sua própria casa, localizada fora do povoado, à beira do esgoto de dom Jesús. O sentido social dessa verticalidade geográfica, em que ele e sua família estão na base da pirâmide, fica acentuada no romance pela presença de alguns senhores intermediários, como o senhorito Sebastián e dom Rafael, seres todopoderosos e impunes. Estes contrastam com os demais, dentre os quais Pascual encontra seus rivais na disputa pelo poder nesse escalão inferior: Zacarías e “el Estirao”. Com relação a eles, a família de Pascual é um inframundo voltado para a marginalidade como único recurso de sobrevivência, situação que coloca todos eles à beira da animalidade. Fruto desse ambiente, Pascual cria-se atento aos sinais ameaçadores que possam surgir. Na dificuldade de verbalização racional dos conflitos, os olhares são o canal constantemente vigiado. Assim, um olhar mais enigmático de quem quer que seja leva à reação imediata de Pascual. O paradigma desse mecanismo aparece enunciado no episódio em que Pascual mata gratuitamente sua cadela Chispa. As demais mortes serão quase que reiterações daquela.

Ou seja, há um mecanismo defensivo em Pascual Duarte, que é colocado em ação instintivamente, à procura de eliminar o foco de ameaça permanente, cujas origens Pascual nunca conseguiu determinar.

Pascual Duarte, no entanto, não mata aleatoriamente. A seqüência das mortes obedece a uma certa hierarquia ascendente que traduz a verticalidade da opressão. Inicialmente, ele narra sua percepção da obscura ameaça em sua cadela; elimina-a como havia eliminado a égua, causa involuntária do aborto de Lola, sua primeira mulher; ou como afastara do seu caminho Zacarías, seu igual. Após Zacarías, Pascual voltar-se-á contra aquele que aparece como seu rival e que, ao mesmo tempo, parece instalar-se entre seu universo e o dos senhores: “el Estirao”. A morte deste, no entanto, não elimina a opressão. Pascual volta-se, então, para o ser contra o qual desenvolvera um ódio crescente e inconsciente: a razão de todas as suas desgraças parece-lhe estar em quem lhe dera a vida, sim, mas essa vida que ela própria se encarrega de tornar-lhe insuportável. Mata, assim, sua mãe e, agora, sente, como ele próprio diz, que por fim podia respirar.

Ao redigir sua confissão, Pascual Duarte se detém na morte de sua mãe porque acha que, além de ser este o ápice dos seus crimes, é o assassinato que amarra todos os anteriores, como sendo aqueles o caminho para a descoberta da raiz dos seus males. Pascual, no entanto, irá ser executado não pelo matricídio, mas por outro crime que ele não narra, talvez porque não chega a situá-lo como o lógico passo seguinte em sua trajetória de autodefesa. Menos ainda tem consciência do sentido que, assim sendo, teria sua conduta. Ele apenas sabe que há uma contradição entre não ser mau e matar, contradição que ele morre sem ter resolvido. Para o leitor, no entanto, parece ficar claro que a mão assassina sobe do universo dos animais, passando pelo dos rivais e da família, até atingir dom Jesús, o senhor do povoado, chegando, assim, ao ápice da escala social opressora.

Cabe, então, nos perguntarmos sobre o sentido que teria este último assassinato, não apenas para Pascual, porém num romance publicado na Espanha em 1942, ou seja, três anos após a definitiva implantação da ditadura franquista. Como Pascual nada diz a respeito, a não ser dedicar suas memórias a dom Jesús, cabe pensar que seu ato carecera de uma atitude conscientemente revolucionária e deve ser inscrito na seqüência dos anteriores assassinatos irrefletidos. Mesmo assim, é importante determinar, na medida do possível, em quais circunstâncias o autor localiza o assassinato de dom Jesús, para assim entender melhor o sentido dessa morte e, mais ainda, desvendar, talvez, o maior enigma de Pascual Duarte, já não apenas da personagem, porém do próprio romance: para onde aponta tão truculenta narrativa?

Do assassinato de dom Jesús sabemos que foi cometido por Pascual, “autor convicto y confeso” (159) do crime, quem se encarregou de “rematar” (19), isto é, de dar o chamado golpe de misericórdia em sua vítima; e que aconteceu durante “los quince días de revolución que pasaron sobre su pueblo” (159). Também sabemos que Pascual, evidentemente, matara dom Jesús depois de sair da cadeia, após os catorze anos de reclusão que cumprira pelo assassinato de sua mãe. Nesse ponto é que ganha especial importância determinar a data em que Pascual teria saído da cadeia. De acordo com a nota do transcritor das memórias, colocada imediatamente após o final destas, temos que:

“Por un cálculo, no muy difícil, lo que parece evidente es que [Pascual] volviera de nuevo al penal de Chinchilla (de sus mismas palabras se infiere) donde debió estar hasta el año 35 o quien sabe si hasta el 36. Desde luego, parece descartado que salió de presidio antes de empezar la guerra” (158-159)<sup>93</sup>.

Ora, perguntamo-nos, qual é o interesse de Camilo José Cela em definir a data do assassinato de dom Jesús González de la Riva entre 1935 e 18 de julho de 1936? A resposta talvez esteja em quem foi Camilo José Cela entre 1936, ano da sublevação franquista, e 1942, ano da publicação de seu romance.

Ao estourar a Guerra Civil, Camilo José Cela (nascido em Iria Flavia, La Coruña, Galicia, em 10 de maio de 1916) encontrava-se em Madrid, onde ficou até 5 de outubro de 1937, quando conseguiu passar à zona dominada pelos franquistas. Teria sido recruta em Logroño e logo depois dispensado por inaptidão para o serviço militar. Instalou-se depois em La Coruña, onde, em 30/03/38, assinou um ofício endereçado ao “Comisario General de Investigación y Vigilancia”, no qual solicita ingressar nessa repartição e expõe que “habiendo vivido en Madrid y sin interrupción durante los últimos trece años, cree poder prestar datos sobre personas y conductas, que pudieran ser de utilidad”. Diz também que “el Glorioso Movimiento Nacional se produjo estando el solicitante en Madrid, de donde se pasó con fecha 5 de octubre de 1937, y que por lo mismo cree conocer la actuación de determinados individuos”. Termina Cela dizendo que “por todo lo expuesto solicita ser destinado a Madrid, que es donde cree poder prestar servicios de mayor eficacia”<sup>94</sup>.

O pedido de Cela não foi atendido por ter sido o solicitante considerado de idade inferior à desejada para a função a que se propunha. No entanto, após a Guerra Civil, Cela não apenas colaborou em revistas franquistas, mas também trabalhou como censor a serviço do regime,

como protegido de Juan Aparicio, Chefe Nacional de Imprensa e Propaganda do governo de Franco, exatamente à época em que escrevia *La familia de Pascual Duarte*<sup>95</sup>. Isso explica o fato de que, apesar de fortes críticas por parte de pessoas vinculadas ao regime, o romance de Cela pudesse circular normalmente. A segunda edição do romance, em 1943, foi proibida, o que não impediu que, em 1946, apesar das proibições, circulasse a quarta edição. As objeções dos franquistas ao romance de Cela, no entanto, não se referem, pelo que consta, ao possível significado da atuação de sua personagem central depois de sair da cadeia; leva-se em conta, apenas, a crueldade com que narra fatos como o adultério da mãe e da própria mulher, a prostituição da irmã e o ato de possuir Lola sobre o túmulo de seu irmão. Disso decorreram as tardias complicações de Cela com a censura franquista que, depois, proibiria seu romance *La colmena*, que, assim, só seria publicado em Buenos Aires, em 1951.

O que nos interessa aqui é que, em 1942, Cela ainda não se havia distanciado suficientemente das suas origens fascistas e que, assim sendo, se escrevera um romance em que o protagonista é executado em fevereiro de 1937 por ter matado um membro da aristocracia “durante los quince días de revolución que pasaron sobre su pueblo”, claramente antes de 18 de julho de 1936, não foi para exaltar a figura de um revolucionário.

Pelo contrário, em nenhum momento Pascual Duarte demonstra a menor consciência social. Nele, tudo é instinto, como a crítica comprova ao demonstrar os traços de elementar primitivismo<sup>96</sup> com que Cela caracteriza sua personagem. A “animalidade” de Pascual é a característica com que o leitor médio o define de imediato. Fica, de fato, pouco espaço para uma outra leitura — por certo, possível — que faz de Pascual antes a vítima de um sistema que tem suas raízes na sociedade da chamada “Restauración de la Monarquía” (1875-1923), caracterizada pela sua indiferença com relação aos problemas sociais e sua incapacidade para administrá-los a não ser mediante a repressão violenta. Faz-se difícil pensar que o Camilo José Cela que em 1937 se oferecera para delatar inimigos do franquismo e que em 1942 era censor e homem de confiança do chefe da censura franquista quisesse apontar nesse sentido<sup>97</sup>. Pelo contrário, parece-me muito mais lógico perceber que o protagonista de *La familia de Pascual Duarte* aparece caracterizado como um monstro que a sociedade “permissiva” anterior ao franquismo não eliminara a tempo e que, mesmo tendo

assassinado sua mãe, fora solto pelo governo republicano. Cabe até a possibilidade de identificar Pascual Duarte como um dos 30.000 presos, em sua maioria políticos detidos desde outubro de 1934, que foram liberados em 22/02/36, logo após o triunfo eleitoral da Frente Popular. Se assim for, Cela estaria dizendo que, graças à ação da Frente Popular, Pascual teria voltado ao seu povoado e nele se misturado aos revoltosos, terminando por assassinar tão friamente como suas anteriores vítimas, um aristocrata que, no romance, de nada poderia ser culpado <sup>98</sup>.

O crime de Pascual, assim sendo, seria representativo das mortes cometidas pelos partidários da Frente Popular entre fevereiro e julho de 1936, quando a radicalização dos posicionamentos leva a assassinatos em ambos os bandos. Estas mortes que, a exemplo do assassinato de Calvo Sotelo — em 13/07/36, quando, na verdade, o golpe já estava em marcha — foram utilizadas para justificar a sublevação franquista. Implicitamente, podemos imaginar isto entre as muitas lacunas que o romance de Cela deixa propositalmente. Mais ainda, é possível entender que Pascual, o assassino de dom Jesús, estivesse, depois de 18 de julho, na província de Badajoz, província esta que permaneceu leal à República. Assim, apenas o avanço do exército de Franco, vindo da África, e a queda de Almedralejo, pouco ao sul de Torremejía (em 07/08/36), de Mérida, ao norte de Torremejía (em 08/08) e de Badajoz, ao oeste (em 15/08), neste último caso após fortíssima resistência, permitiria a prisão de Pascual. Sabe-se que a repressão que se seguiu a esses triunfos franquistas foi uma das mais sangrentas de toda a Guerra Civil. Simbolicamente, há espaço para imaginar Pascual preso de novo nessas circunstâncias para ser executado pelos franquistas, na cadeia de Badajoz, em fevereiro de 1937.

Esse parece-me ser o enigma último de *La familia de Pascual Duarte*. Sua solução permite, em boa medida, resolver o enigma externo ao romance e que consiste em entender por que, num momento de tanta repressão como o ano de 1942, o romance de Cela pôde circular na Espanha. A possibilidade da analogia entre o romance e a leitura franquista da realidade poderia ter se sobreposto à repugnância dos leitores mais ingênuos perante a crueza narrativa de Pascual, crueza que, no entender dos censores, não fazia senão reforçar a necessidade de se eliminar, não o romance, porém o narrador, junto com aqueles que, como ele, para os franquistas, não passavam de criminosos irracionais ao serviço da por eles chamada “anti-Espanha”.

## NOTAS

<sup>91</sup> CELA, C. J. *La familia de Pascual Duarte*, 12ª ed., Barcelona, Destino, 1983, p.15. Em diante citamos por essa edição, mencionando a página entre parênteses.

<sup>92</sup> A sombra do seu corpo, como metáfora do destino inexorável, é objeto de um significativo episódio, às p.139-140 do romance, quando Pascual narra o seu retorno a Torremejía, após ter saído pela primeira vez da cadeia.

<sup>93</sup> “Por um cálculo não muito difícil, o que parece evidente é que voltou novamente à penitenciária de Chinchilla (segundo se deduz de suas próprias palavras) onde deve ter ficado até o ano de 35 ou, talvez, até o de 36. Sem dúvida, fica fora de discussão o fato de que saiu do presídio antes de começar a guerra”. Essa, nossa tradução, difere da que aparece na versão do romance de Cela ao português, de autoria de Janer Cristaldo (*A família de Pascual Duarte*, São Paulo, Difel, 1986) que, de maneira contraditória diz: “Sem dúvida, fica descartada a hipótese de que tenha saído do presídio antes de começar a guerra” (p.139-140). A data da libertação de Pascual, que a primeira frase do original situa em 1935 ou, como máximo, em 1936, fica melhor definida na segunda frase, quando se diz que não ha dúvida de que, se saiu em 1936, foi antes de 18 de julho desse ano. Além de Cristaldo, há críticos espanhóis que leram apressadamente essas frases e que imaginam Pascual sendo liberado logo após o início da Guerra Civil. Assim, Julio Rodríguez Puértolas (*Literatura fascista española*, I, p.592) e Joaquín de Entrambasaguas (*Las mejores novelas contemporáneas*, X, p.589), citado por este. Da mesma maneira, o seu embasamento na mencionada tradução prejudica, em parte, a interpretação do romance de Cela, realizada por Sissa Jacoby em seu estudo *A ficção de Camilo José Cela*.

<sup>94</sup> Cf. Julio Rodríguez Puértolas, *op.cit.*, I, p.584.

<sup>95</sup> Cf. *id.*, *ibid.*, p.584-585.

<sup>96</sup> Vide. ILIE, P. La familia de Pascual Duarte In: *La novelística de Camilo José Cela*, p.36-77.

<sup>97</sup> Julio Rodríguez Puértolas (*op.cit.*, p.593-594) recolhe as opiniões de Gonzalo Sobejano, José Luis L. Aranguren, Rafael Osuna e Ernesto Escapa, dentre outros. Para estes críticos, é importante a politização do romance, inserida mediante a despolitização do seu protagonista-narrador, sendo que, para o último dos autores mencionados, a obra de Cela é “propaganda oficial encubierta”.

<sup>98</sup> Mesmo se enganando, no meu entender, com relação à data da liberação de Pascual Duarte, Joaquín de Entrambasaguas, figura insuspeita, entende que Pascual matou dom Jesús ao serviço dos marxistas (*apud* Julio Rodríguez Puértolas, *op.cit.* p.592).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CELA, C. J.. *La familia de Pascual Duarte*, 12ª ed., Barcelona: Destino, 1983.  
\_\_\_\_\_. *A família de Pascual Duarte*. Trad. de Janer Cristaldo. São Paulo: Difel, 1986.



- ILIE, P. La familia de Pascual Duarte. In: *La novelística de Camilo José Cela*. Madrid: Gredos, 1971.
- JACOBY, S. *A ficção de Camilo José Cela*. Porto Alegre: Mercado Aberto/EDUFSCAR, 1994.
- RODRÍGUEZ P. J. *Literatura fascista española, I (Historia)*. Madrid: Akal, 1986.